

# MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026

## COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE/RS - UASG 160393

(Processo Administrativo nº: 64256.003143/2026-00)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE/RS, E \_\_\_\_\_, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS/CAPACITAÇÃO.

A UNIÃO, por intermédio do COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE/RS - CMPA, UASG 160393, com sede em Avenida José Bonifácio, nº 363, Bairro Farroupilha, Porto Alegre/RS, CEP 90040-130, inscrito no CNPJ sob o nº 09.603.878/0001-96, neste ato representado pelo JOSÉ MOACIR COSTA JUNIOR, Ordenador de Despesas, nomeado pela PORTARIA - C EX Nº 248, DE 12 DE MARÇO DE 2025, publicada no DOU nº 49, de 13 de março de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [RAZÃO SOCIAL DO CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) em [endereço completo], na cidade de [cidade/UF], doravante denominado(a) CONTRATADO(A), neste ato representado(a) por [nome e função], conforme [atos constitutivos/procuração] apresentados nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 64256.003143/2026-00 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica nº \_\_\_\_/2026, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns, não contínuos e por escopo, consistentes na disponibilização de inscrições em cursos de capacitação, extensão, aperfeiçoamento ou pós-graduação lato sensu para servidores civis e militares do Colégio Militar de Porto Alegre/RS, com foco em educação especial inclusiva, TEA/autismo, mediação escolar, apoio pedagógico e Análise do Comportamento Aplicada - ABA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER	Unidade	Qtd.	Valor unitário	Valor total
1	Curso ABA - Análise do Comportamento Aplicada / Estratégias Naturalistas. Capacitação em ABA, estratégias naturalistas, fundamentos do comportamento, análise funcional, reforçamento, registros comportamentais e aplicação no contexto escolar. Carga horária mínima: 100h.	Outros serviços de educação e treinamento (CATSER a confirmar no Compras.gov.br)	inscrição	4	R\$ 367,50	R\$ 1.470,00
2	Curso Mediador / Mediação Escolar e Apoio Pedagógico Inclusivo. Capacitação em mediação escolar, apoio inclusivo, AEE aplicado ao TEA, PEI, recursos adaptados, acessibilidade, tecnologia assistiva e intervenção educacional. Carga horária mínima: 180h.	Outros serviços de educação e treinamento (CATSER a confirmar no Compras.gov.br)	inscrição	20	R\$ 104,50	R\$ 2.090,00
3	Pós-graduação em Autismo / Transtorno do Espectro Autista - TEA. Especialização lato sensu em autismo/TEA, com abordagem pedagógica e multidisciplinar, voltada a práticas inclusivas, intervenção, psicopedagogia, métodos de intervenção e adaptação curricular. Carga horária mínima: 360h.	Outros serviços de educação e treinamento (CATSER a confirmar no Compras.gov.br)	inscrição	3	R\$ 1.853,10	R\$ 5.559,30

Item	Especificação	CATSER	Unidade	Qtd.	Valor unitário	Valor total
4	Pós-graduação em Educação Especial / Educação Especial Inclusiva. Especialização lato sensu em educação especial e inclusiva, com conteúdos sobre AEE, deficiências, Libras, tecnologias assistivas, políticas públicas e práticas pedagógicas inclusivas. Carga horária mínima: 360h.	Outros serviços de educação e treinamento (CATSER a confirmar no Compras.gov.br)	inscrição	3	R\$ 635,43	R\$ 1.906,29

1.3. Valor total estimado da contratação, considerando todos os itens: R\$ 11.025,59 (onze mil vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos). O valor efetivo deste contrato deverá corresponder aos itens adjudicados ao CONTRATADO e ao valor final aceito pela Administração.

1.4. Caso a Dispensa Eletrônica resulte em fornecedores distintos por item, deverá ser formalizado contrato ou instrumento equivalente específico para os itens adjudicados a cada fornecedor, excluindo-se da tabela acima os itens não adjudicados ao respectivo CONTRATADO antes da assinatura.

1.5. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) o Termo de Referência;
- b) o Aviso de Contratação Direta/Dispensa Eletrônica;
- c) a Autorização de Contratação Direta, quando emitida;
- d) a proposta do CONTRATADO;
- e) o Estudo Técnico Preliminar, a Matriz de Gerenciamento de Riscos, o Relatório de Pesquisa de Preços e demais anexos/documentos constantes dos autos.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO**

2.1. O prazo de vigência do contrato terá início na data de sua assinatura e perdurará até a conclusão integral do objeto, compreendendo a disponibilização das inscrições, o acesso aos cursos contratados, a realização das atividades previstas e a emissão dos respectivos certificados, quando cabível.

2.2. A duração da contratação estará diretamente vinculada ao prazo de execução dos cursos contratados, conforme as características específicas de cada item, especialmente carga horária, modalidade e cronograma de oferta, não se tratando de serviço contínuo.

2.3. O prazo máximo de vigência não poderá exceder 12 (doze) meses, contados da assinatura, admitindo-se o encerramento antecipado após o cumprimento integral das obrigações contratuais.

2.4. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período inicialmente previsto por motivo não imputável ao CONTRATADO, sem prejuízo das providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação, acompanhamento, recebimento provisório e recebimento definitivo do objeto constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A execução do objeto terá início em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, mediante disponibilização de acesso, matrícula ou inscrição do participante indicado pela Administração, salvo prazo diverso previsto na proposta ou na metodologia do curso e aceito expressamente pelo CONTRATANTE.

3.3. A execução compreenderá, no mínimo, a indicação do participante pela Administração, a disponibilização de acesso ou matrícula, a prestação do serviço educacional, o suporte necessário ao participante, quando previsto, e a emissão do certificado ou comprovante de conclusão/aprovação, conforme regras do curso contratado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação integral do objeto contratual.

4.2. A eventual utilização de docentes, tutores, plataforma educacional, corpo técnico ou instituição certificadora vinculada à própria organização do curso não será considerada subcontratação do objeto, desde que prevista na proposta ou na estrutura ordinária do curso e mantida a responsabilidade integral do CONTRATADO pela perfeita execução contratual.

4.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na contratação, na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ [preencher com o valor dos itens adjudicados ao CONTRATADO], correspondente aos itens efetivamente adjudicados e aceitos, observado o valor total estimado de R\$ 11.025,59 para a contratação integral de todos os itens.

5.2. No valor contratado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxas, custos de plataforma, emissão de certificado, suporte, materiais digitais e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima deverá ser considerado certo e ajustado para o escopo contratado, sem prejuízo de glosas, retenções, sanções ou revisão nos casos admitidos pela legislação e pelo Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2. O pagamento será efetuado após regular liquidação da despesa, mediante comprovação da execução do objeto nos termos do Termo de Referência, recebimento pela fiscalização e apresentação de Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente.

6.3. Não será admitida antecipação de pagamento, salvo decisão administrativa superveniente devidamente justificada e compatível com a legislação aplicável, hipótese em que deverão ser observadas as condições específicas do Termo de Referência e da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado. Caso a execução ultrapasse a anualidade por fato não imputável ao CONTRATADO, poderá haver reajuste pelo IPCA/IBGE, mediante apostilamento, exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Não se aplica repactuação, por não se tratar de serviço contínuo com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com planilha de custos e formação de preços vinculada à mão de obra residente.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este Contrato, o Termo de Referência e seus anexos;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- c) indicar formalmente o participante de cada curso contratado, fornecendo os dados mínimos necessários para matrícula ou acesso, observadas as regras da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

- d) notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas de acesso, falhas de inscrição, ausência de certificação ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para saneamento;
- e) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- f) comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, quando houver controvérsia sobre a execução, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- g) efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Contrato e no Termo de Referência;
- h) aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei, neste Contrato, no Aviso de Contratação Direta e no Termo de Referência;
- i) não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como estabelecer vínculo de subordinação com seus empregados, definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso de salários ou demandar a empregado do CONTRATADO tarefas fora do escopo;
- j) cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- k) emitir decisão sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- l) responder a eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contado do recebimento da documentação completa exigida para análise, admitida prorrogação motivada por igual período;
- m) fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato; e
- n) realizar avaliações da qualidade dos serviços após seu recebimento, quando cabível.

8.2. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos, tutores, docentes ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) executar o objeto conforme especificações do Termo de Referência, da proposta aceita e deste Contrato;
- b) disponibilizar acesso, matrícula ou inscrição do participante indicado pela Administração no prazo contratual;
- c) disponibilizar plataforma, ambiente virtual, orientações de acesso, material digital, suporte, tutoria, atividades e certificação, conforme a metodologia do curso contratado;
- d) ofertar curso compatível com o item adjudicado, especialmente quanto ao tema, conteúdo programático, carga horária, modalidade e certificação;
- e) emitir certificado de conclusão ou aprovação ao participante que cumprir os requisitos do curso, quando previsto;
- f) atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- g) reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal, serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- h) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE;
- i) comunicar ao fiscal do contrato, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a disponibilização de acesso, a realização do curso, o suporte ou a emissão de certificado;
- j) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação ou qualificação na contratação direta;

- k) quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, apresentar os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista solicitados pela fiscalização;
- l) responsabilizar-se por encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;
- m) cumprir normas de proteção ao trabalho e não submeter trabalhadores a condições degradantes, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- n) não permitir a utilização de trabalho de menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos, e não submeter menor de 18 anos a trabalho noturno, perigoso, insalubre ou às atividades constantes da Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil;
- o) receber e dar tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- p) cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social ou aprendiz, quando aplicável;
- q) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- r) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive custos de plataforma, suporte, certificação, tributos e demais despesas necessárias à execução;
- s) indicar preposto ou responsável pelo atendimento institucional, com nome, e-mail e telefone, não sendo necessária sua permanência física nas dependências do CONTRATANTE;
- t) não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação, contratação direta, fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- u) prestar todo esclarecimento solicitado pelo CONTRATANTE, garantindo acesso aos documentos relativos à execução contratual;
- v) assegurar que o ambiente virtual utilizado seja adequado à execução do curso e permita o acesso do participante nas condições ofertadas;
- w) observar, no que couber, as normas de acessibilidade digital e as práticas inclusivas compatíveis com o objeto contratado; e
- x) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas internas do CONTRATANTE que lhe sejam formalmente comunicadas e compatíveis com o objeto.

9.2. Não se aplicam ao objeto as obrigações próprias de obras, serviços de engenharia, diário de obra, fornecimento de matéria-prima florestal, gestão de resíduos da construção civil, ligações definitivas de utilidades, uniformes, dedicação exclusiva de mão de obra, postos de trabalho terceirizados, instalação de escritório local, manutenção técnica de equipamentos ou transferência de tecnologia, salvo previsão expressa e compatível no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da contratação, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, especialmente matrícula, disponibilização de acesso, suporte, acompanhamento de participação e emissão de certificado, de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei ou necessárias à execução do curso, devendo o CONTRATADO informar à Administração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contratos de suboperação ou parceiros que venham a tratar dados pessoais vinculados à execução contratual.

10.4. Terminado o tratamento dos dados, é dever do CONTRATADO eliminá-los, salvo hipóteses legais de conservação, inclusive guarda de documentação para comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais enquanto não prescritas.

10.5. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados, prepostos, docentes, tutores, operadores e suboperadores sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente aos pedidos de comprovação formulados.

10.7. Bancos de dados formados a partir do contrato que armazenem dados pessoais devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com medidas de segurança compatíveis com a natureza dos dados tratados e registro rastreável de tratamentos realizados, quando aplicável.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando o baixo valor estimado, a natureza do serviço, a contratação por escopo, a ausência de dedicação exclusiva de mão de obra e as regras de recebimento, glosa, pagamento e sanções previstas no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta e na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Sem prejuízo das sanções previstas nos anexos, comete infração administrativa o CONTRATADO que der causa à inexecução parcial ou total do contrato, ensejar retardamento injustificado da execução ou entrega do objeto, apresentar documentação falsa, prestar declaração falsa, praticar ato fraudulento, comportar-se de modo inidôneo ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.3. Poderão ser aplicadas advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

12.4. A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE, e as penalidades deverão ser registradas nos cadastros competentes, quando cabível.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, podendo a Administração optar pela extinção do contrato e adotar as medidas admitidas em lei para continuidade da satisfação da necessidade administrativa.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.6. A alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva, se admitido pela Administração e pela legislação.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos e da indicação de indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, desde que presentes os pressupostos legais e requerido tempestivamente.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo vedado de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, agente público que

tenha desempenhado função na contratação direta, fiscalização ou gestão contratual, ou com seus parentes nos termos da legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, havendo disponibilidade orçamentária informada nos autos, inclusive por meio das Notas de Crédito 2026NC000831 e 2026NC001394, sem prejuízo da emissão da respectiva nota de empenho antes da formalização definitiva da contratação.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação, observados os dados orçamentários já constantes dos autos:

- a) Gestão/unidade: UG 167393 - Colégio Militar de Porto Alegre;
- b) Fonte de recursos: 1050000415 e 3050000415;
- c) Programa de trabalho / PTRES: 232198;
- d) Elemento de despesa: 339039;
- e) Plano interno: C5ENEASDEGE;
- f) Nota de empenho: a preencher pela área competente.

15.3. O valor estimado da presente demanda, de R\$ 11.025,59, está abaixo do valor previsto no Plano de Contratações Anual, de R\$ 30.000,00, para contratação de cursos de capacitação para servidores civis e militares.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012, quando cabível.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Porto Alegre/RS, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato e que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Porto Alegre/RS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Representante legal do CONTRATANTE  
Colégio Militar de Porto Alegre/RS

TESTEMUNHA 1:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

---

Representante legal do CONTRATADO  
[Nome/cargo]

TESTEMUNHA 2:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_



## ANEXO I - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, \_\_\_\_\_ (identificar o CONTRATADO) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Aviso de Contratação Direta/Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência, neste Contrato e nos demais anexos referentes à contratação de cursos de capacitação para servidores civis e militares do Colégio Militar de Porto Alegre/RS, organizada em 4 itens, bem como se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e cargo do representante legal